

Apresentação

Educação Intercultural: decolonializar o poder e o saber, o ser e o viver

Reinaldo Matias Fleuri*

A interculturalidade somente terá significação, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que procura intervir na reestruturação e reordenamento dos fundamentos sociais que racializam, inferiorizam e desumanizam, ou seja, na própria matriz da colonialidade do poder, tão presente no mundo atual.

Construir criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver numa nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a de decolonializar.

(Catherine Walsh)

1 INTRODUÇÃO

A interculturalidade se configura hoje como tema paradoxal. O amplo reconhecimento social e político da diversidade cultural, em muitos contextos, é desprovido de sentido crítico, político, construtivo ou transformador, correndo o risco de reeditar novas formas de sujeição e subalternização. Essa contradição é o problema focalizado recentemente por pesquisadores e pesquisadoras que vêm se articulando com o processo de pesquisa desenvolvida pelo Grupo “Educação Intercultural e Movimentos Sociais” (CNPq/UFSC), que articula uma extensa rede de pesquisadores e pesquisadoras conhecida como “Mover”.

Ao reunir um conjunto de trabalhos de pesquisa nesse número temático da Revista Visão Global, damos continuidade ao processo de articulação e debate¹ no sentido de identificar, analisar e comparar processos de pesquisa que contribuem

* Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas; realizou estágios de pós-doutorado na Università degli Studi di Perugia, Itália; na Universidade de São Paulo e na Universidade Federal Fluminense; Professor Titular da Universidade Federal de Santa Catarina até 2011. Presidente da Association Internationale pour la Recherche Interculturelle; É professor Visitante Nacional Sênior (Capes) junto ao Instituto Federal Catarinense desde 2012; Consultor e Pesquisador 1 do CNPq, coordena o Grupo de Pesquisa – Educação Intercultural e Movimentos Sociais na Universidade Federal de Santa Catarina; fleuri@pq.cnpq.br

para a decolonização do saber, do poder, do ser e do viver em práticas educacionais escolares e populares. A articulação dessa ampla rede de cooperação científica vem sendo mobilizada por eventos internacionais de pesquisas interculturais, particularmente por três seminários promovidos pela Rede Mover (1997, 2003 e 2006) e um congresso realizado em 2009 em parceria com *Association internationale pour la Recherche Interculturelle* (ARIC).

Os artigos reunidos nesta publicação, assim como nas precedentes, servem como base para estudos comparativos entre processos e resultados de pesquisa que discutem o processo de decolonização a partir de diferentes enfoques teórico-metodológicos e campos de ação político-pedagógicas. Este dossiê, ao reunir autores de múltiplas instituições e nações (Brasil, Canadá, Equador, Peru, Itália, Austrália, Bulgária, Paquistão), estabelece um contexto de estudo e debate entre os grupos de pesquisa, que vêm se articulando em rede de cooperação científica internacional para desenvolver uma compreensão crítica da interculturalidade.

2 INTERCULTURALIDADE : CONCEITO EM DEBATE

A conceituação de interculturalidade ou de multiculturalismo tem sido de grande importância para a elaboração e implementação de políticas educacionais, orientando o desenvolvimento de propostas curriculares e de formação de professores. Nesse sentido, Mohamed Ayaz Naseem, pesquisador de origem paquistanesa na Universidade de Concórdia (Montreal, CA), investiga no contexto canadense perspectivas conceituais com as quais os docentes e profissionais engajados em pesquisa educacional buscam entender as dinâmicas das políticas de multiculturalismo. Estas perspectivas incluem, entre outras, concepções de multiculturalismo conservador, multiculturalismo liberal e liberal de esquerda, multiculturalismo crítico, educação antirracista e educação antiopressão.

Ayaz Naseem considera que estas perspectivas não representam a totalidade das possibilidades conceituais utilizadas pelos docentes e profissionais da área. Também não são concepções monolíticas e/ou consensuais, uma vez que cada uma dessas tendências teóricas se constituem com base em intensos debates.

A diversidade de propostas e perspectivas interculturais impede-nos de produzir esquemas simplificadoros eficazes. Mas, por isso, torna o debate particularmente aberto e criativo. Para além da polissemia terminológica, teórica e política relativa ao multiculturalismo, interculturalismo, transculturalismo, constitui-se um campo de debate que se torna paradigmático justamente por sua complexidade: a sua riqueza consiste justamente na multiplicidade de perspectivas que interagem e que não podem ser reduzidas por um único código e um único esquema a ser proposto como modelo transferível universalmente.

Entretanto, a perspectiva conceitual em torno da qual se situam as questões e as reflexões emergentes nesse campo é o da possibilidade de se respeitar as diferenças

e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos.

Marie McAndrew e coautoras, ligadas ao Centro de Estudos das Universidades Montrealenses (Ceetum), estudam concepções de interculturalidade que se configuram no contexto educacional canadense e que orientam a formação de educadores, por meio do diagnóstico que elaboraram do Estado atual da formação inicial de futuros professores relativa à diversidade etnocultural, religiosa e linguística nas universidades quebequenses. O estudo mostra que, mesmo se este campo tem conhecido uma expansão significativa nas licenciaturas nos últimos 10 anos, tanto no plano de oferta de curso quanto nas inovações pedagógicas, este desenvolvimento ocorreu principalmente de maneira improvisada. Verifica-se uma diversidade e ambiguidade de ancoragem conceitual e a ausência de exigências e de orientações ministeriais claras quanto à sua legitimidade e aos objetivos que deveria buscar.

Entretanto, a análise crítica das diferentes concepções, assim como das políticas e as práticas educacionais que configuram o complexo campo da intermulticulturalidade, na opinião de Adeela Arshad-Ayaz, professora paquistanesa na Universidade de Concórdia (Montreal, CA), aponta para a necessidade de reconceitualizar e redefinir a educação multicultural de acordo com as necessidades do mundo globalizado e interconectado do século XXI. Com efeito, o modelo atual de educação multicultural predominante no contexto canadense é ineficiente e tem tido impacto limitado em razão do fato de que os educadores e as educadoras estão enredados em uma estrutura com falhas de construção, a qual é focada essencialmente na cultura em um contexto nacional e ofusca os aspectos de justiça social em âmbito planetário.

A luta por justiça social, indicada por Adeela Arshad-Ayaz, requer a redefinição dos sentidos da interculturalidade, comentados por Mohamed Ayaz Naseem e Marie McAndrew desde o ponto de vista norte-americano. Nesse sentido, do ponto de vista latino-americano, Catherine Walsh, pesquisadora na universidade equatoriana Simon Bolívar, em seu estudo (*Interculturalidad y (de)colonialidad: Perspectivas críticas y políticas*), enfatiza que a multiplicidade de sentidos da interculturalidade no atual contexto intertransnacional resulta, por um lado, das lutas dos movimentos sociais-políticos-ancestrais e de suas demandas de reconhecimento, de direitos e de transformação social. Por outro lado, a importância da interculturalidade no mundo contemporâneo está ligada às configurações globais de poder, do capital e do mercado. Nesse contexto paradoxal, a autora defende a perspectiva de interculturalidade que se configura como projeto político, social, epistêmico e ético de transformação e decolonialidade, que se distingue dos sentidos e usos que se faz da interculturalidade em uma perspectiva funcional ao sistema dominante. Argumenta, usando como exemplo o caso do Equador, que a interculturalidade em si, somente terá significação, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, como ação, projeto e processo que procura intervir

na reestruturação e reordenamento dos fundamentos sociais que racializam, inferiorizam e desumanizam, ou seja, na própria matriz da colonialidade do poder, tão presente no mundo atual.

A interculturalidade crítica aponta, pois, para um projeto necessariamente decolonial. Pretende entender e enfrentar a matriz colonial do poder, que articulou historicamente a ideia de “raça” como instrumento de classificação e controle social com o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte da constituição histórica da América.

Diferentemente do colonialismo – que diz respeito à dominação política e econômica de um povo sobre outro em qualquer parte do mundo – a colonialidade indica o padrão de relações que emerge no contexto da colonização europeia nas Américas e se constitui como modelo de poder moderno e permanente. A colonialidade atravessa praticamente todos os aspectos da vida, e se configura, segundo Walsh, a partir de quatro eixos entrelaçados.

O primeiro eixo – a colonialidade do poder – refere-se ao estabelecimento de um sistema de classificação social baseado na categoria de “raça”, como critério fundamental para a distribuição, dominação e exploração da população mundial no contexto capitalista-global do trabalho. O segundo eixo é a colonialidade do saber: a suposição de que a Europa se constitua como centro de produção do conhecimento descarta a viabilidade de outras racionalidades epistêmicas e de outros conhecimentos que não sejam os dos homens brancos europeus ou europeizados, induzindo a subalternizar as lógicas desenvolvidas historicamente por comunidades ancestrais. O terceiro eixo, a colonialidade do ser, é o que se exerce por meio da subalternização e desumanização dos sujeitos colonizados, à medida que o valor humano e as faculdades cognitivas dessas pessoas são desacreditados pela sua cor e pelas suas raízes ancestrais. O quarto eixo é o da colonialidade da natureza e da própria vida. Com base na divisão binária natureza/sociedade se nega a relação milenar entre mundos biofísicos, humanos e espirituais, descartando o mágico-espiritual-social que dá sustentação aos sistemas integrais de vida e de conhecimento dos povos ancestrais. Desacreditar esta relação holística com a natureza, tecida pelos povos ancestrais, é a condição que torna possível desconsiderar os modos de ser, de conhecer e de se organizar destes povos e, assim, subalternizá-los e sustentar a matriz racista que constitui a diferença colonial na modernidade.

Para Catherine Walsh, construir criticamente a interculturalidade requer transgredir e desmontar a matriz colonial presente no capitalismo e criar outras condições de poder, saber, ser, estar e viver, que apontem para a possibilidade de conviver em uma nova ordem e lógica que partam da complementaridade e das parcialidades sociais. Interculturalidade deve ser assumida como ação deliberada, constante, contínua e até insurgente, entrelaçada e encaminhada com a do decolonializar.

Nessa perspectiva, vamos articular analiticamente as diferentes contribuições dos autores e das autoras participantes do debate mobilizado nesse dossiê,

focalizando a problemática da interculturalidade que se constitui nos processos socioculturais de poder e de saber, de ser e de viver.

3 INTERCULTURALIDADE: PODER E SABER

O superdesenvolvimento dos países do Norte traz consequências econômicas e políticas, culturais e ambientais que agravam as vulnerabilidades dos povos do Sul. Este paradoxo é analisado por Paul Carr e Gina Thesée (Lo intercultural, el ambiente y la democracia: Buscando la justicia social y la justicia ecológica), ao problematizar a concepção de “desenvolvimento sustentável”, que evita questionar o modelo hegemônico de desenvolvimento. O autor e a autora consideram que as finalidades imperialistas deste modelo subalterniza as culturas que domina, invalidando os saberes de que são portadoras. Nesse contexto, propõem contra-hegemonicamente um encontro entre as culturas em que se conjugam a justiça social e a justiça ambiental, em uma perspectiva de democracia mais ampla, participativa e funcional ao conjunto da humanidade.

Uma perspectiva de articulação intercultural contra-hegemônica é apresentada por Lenildo Gomes de Almeida (O lugar das Culturas populares no Mundo Globalizado). O autor discute a tensão entre as culturas populares e a razão moderna etnocêntrica que se estabelece materialmente pela globalização dos meios técnicos. Considera que o projeto emancipatório moderno se atrofiou nesse processo pela radical conciliação entre a ciência e as forças produtivas do capitalismo. Entretanto, a crescente urbanização do planeta e a expansão global dos novos meios digitais, promotoras de contatos interculturais, favorecem a desconstrução do etnocentrismo moderno. As culturas populares investem pelos meios informacionais, por redes de saberes que afirmam pensamentos diversos sobre o mundo, subvertendo o mito do pensamento único. A diversidade de pessoas e de lugares são obstáculos à pretensa universalização do consumo e/ou a homogeneização cultural.

O estudo sobre as rodas de samba do Rio de Janeiro desenvolvido por Lenildo Almeida apresenta fatos que contribuem para essa interpretação. As rodas de samba se constituem como territórios em que se entretecem os fios de redes musicais que, oriundos das periferias, atingem a escala nacional e global. Essas redes dialógicas fabricam uma cartografia musical apoiada em orientações que devem estabelecer um pluralismo epistemológico a tal ponto que o cancionário popular traça propostas teóricas, com suas críticas e propostas de compreensão dos fenômenos sociais. Esses mapas musicais portam vivências, histórias do cotidiano que colocam no horizonte uma outra realidade possível, mais humana, mais poética.

O autor aposta no potencial da música popular brasileira como mediação para o exercício da cidadania ativa pelo diálogo entre as culturas populares no mundo globalizado, em que os grupos subalternos promovem reagenciamentos das mídias que ampliam o nível de participação dos diversos saberes na tessitura intercultural de um mundo sustentável, para além da crise moderno-capitalista.

No contexto da sociedade globalizada, o encontro radicalmente democrático entre os povos implica o desenvolvimento da escuta do outro aliada a uma capacidade de autocritica. Mais do que uma atitude de comisseração e solidariedade para com o outro, a interculturalidade implica uma revisão radical das perspectivas socioculturais, políticas e epistemológicas que mobilizam a interagir com o outro.

Nessa perspectiva, Rosanna Cima (Redesenhar os mapas do encontro: Qual trabalho de cura com os migrantes), analisa sua experiência de pedagoga e pesquisadora ao desenvolver o trabalho em âmbito social e psicopedagógico com os migrantes no Norte da Itália. Pelo exercício da reflexão e da escuta, pela disponibilidade à formação e reelaboração contínua no processo de cooperação com os parceiros, é possível reconhecer o olhar com que observamos os outros e as outras que vêm de longe. Desse modo, podemos compreender melhor o que é preciso mudar do nosso trabalho e descobrir inusitados pontos de vista sobre o trabalho educativo, social e clínico com as pessoas e as famílias migrantes.

Na primeira etapa de seu processo de pesquisa, Rosanna Cima percebeu de que as formas das dificuldades das famílias migrantes, mulheres e homens, refletem inevitavelmente o olhar e os sistemas de atribuição de sentido próprios de quem os observa. A partir da reflexão sobre o próprio trabalho, os pesquisadores e as pesquisadoras compreenderam as posições, por vezes antigas, que assumem ao entrar em contato com os outros.

Cada profissional, acredita estar preparado para acolher o outro. Talvez seja por isso que o choque cultural tem sempre a característica do imprevisível e de algo que se parece com um embate. A impossibilidade de conhecer radicalmente o outro produz como que um curto-circuito, uma espécie de desnorteamento no modo de pensar de quem com ele interage. Mas a desorientação pode ser um terreno fértil se promover a necessidade e o desejo de parar, de voltar a ouvir, de voltar a olhar os próprios passos, de retomar os próprios confins e as nossas interrogações.

As experiências pedagógicas inspiradas na concepção pedagógica e epistemológica de Paulo Freire muito tem contribuído para a formação crítica e autocritica de educadores. Nesse sentido, João Batista de Albuquerque Figueiredo e Camilla Rocha da Silva (Contributos para a Formação d@ Educador(a) numa Perspectiva Freiriana Decolonizante: um estudo de caso) analisam uma experiência de formação dialógica freiriana junto a uma turma de estudantes do curso de Pedagogia de uma universidade pública. Os estudantes e as estudantes participantes puderam conversar sobre as vivências de educação que tiveram durante o curso de Pedagogia e discutir os sentidos autoritários ou dialógicos desenvolvidos em sua prática tradicional. Para potencializar ações transformadoras, realizaram um estudo envolvendo ação-reflexão-ação-reflexão, compartilhando uma práxis dialógica. Dessa forma, constataram que a articulação entre a Formação do Educador em uma perspectiva dialógica e a Educação Popular Freiriana mobiliza o grupo a tomar consciência e a realizar opções que constituem seus atos-limite e sua trajetória de ser-mais.

Nessa mesma linha freiriana, Marcia Rejania Souza Xavier (Comunicação, atuação e formação docentes no contexto da Educação de Jovens e Adultos) analisa os processos de comunicação no contexto da Educação de Jovens e Adultos. Nesse ambiente educacional se manifesta a diversidade de processos relacionais e identitários que são significantes para a compreensão de como as pessoas aprendem, ensinam e se comunicam. Muitas pessoas, que procuram a escola quando adultos, já experimentaram anteriormente a vida escolar e não foram bem-sucedidas. O retorno exige que a experiência, ora buscada, garanta a permanência desses estudantes na escola, bem como a continuidade dos estudos.

A Comunicação Dialógica possibilita a problematização do processo educativo e dos desafios vivenciados por educadores e educandos. O exercício de falar e pensar sobre o próprio fazer docente se constitui como processo de formação contínua de educadores que possibilita a reorganização de uma prática educativa comprometida com a superação de processos de subalternidade nesta modalidade de ensino. Possibilita, principalmente, a criação de contextos educativos a partir da interação entre os diferentes sujeitos e seus respectivos contextos, no sentido de desenvolver integração criativa, participação cooperativa e aprendizagem significativa.

A proposta dialógica e cooperativa de educação se coloca como evidente possibilidade na educação de jovens e adultos, mas também se constitui como perspectiva fundante de práticas de educação infantil. É o que Sônia Regina Souza Fernandes (Didática da alfabetização: reflexões a partir da experiência da Escola da Ponte, de Portugal) indica ao estudar a didática da alfabetização na Escola da Ponte, tendo por inspiração as contribuições de Celestin Freinet no que se refere ao Método Natural/Global. A pesquisa realizada possibilitou compreender como se desenvolve a didática da alfabetização nesta escola, bem como inferir que esta acontece de forma significativa e contextualizada, pois ao partir da notícia de cada criança, privilegia o repertório linguístico do grupo de forma ativa e vivencia os usos sociais da escrita e da leitura.

A articulação colaborativa, intercultural e crítica da diversidade de sujeitos e contextos socioculturais implica em considerar a complexidade da prática educacional. Esta dimensão e suas implicações nos processos de exclusão inerentes ao cotidiano escolar são analisadas por Luiza Cortesão (Educação e exclusões: na tensão entre a cumplicidade e o embargo). A autora considera que há condições exteriores à escola, algumas das quais estruturais, e que também estão claramente relacionadas com processos de exclusão. Suas análises identificam uma relação entre o nível econômico dos alunos, o seu local de origem e a pertença a diferentes grupos socioculturais. Em um quadro de trabalho em que é evidenciada a natureza política de educação, aponta situações em que escola e professores, eventualmente, poderão fazer uso da sua autonomia relativa, no sentido de promover uma prática educacional intercultural e inclusiva.

Os principais fundamentos da educação inclusiva e equitativa são estudados por Maryse Potvin (A educação inclusiva e antidiscriminatória: fundamentos e perspectivas). Situando seus grandes “princípios de ação”, reflete sobre o desenvolvimento de indicadores da prática de um processo de equidade e de inclusão em meio escolar. Salienta o papel central das competências profissionais em formação inicial e contínua dos profissionais de educação no Quebec, em uma perspectiva de equidade e de inclusão. Acentua o “paradigma comum” que liga as diferentes correntes sobre a diversidade etnocultural, religiosa e linguística em educação, especialmente as abordagens antirracista e inclusiva. Pondera sobre dois grandes desafios quanto à aplicação de uma abordagem inclusiva institucional no Quebec: a ausência de uma abordagem inclusiva ampla e coerente por parte dos profissionais da educação no Quebec, assim como a necessidade de compreensão da equidade nas suas ligações com as necessidades e os direitos das crianças por todos os intervenientes escolares. Enfim, considera que a mudança institucional necessita de um amplo envolvimento de todas as forças vivas dos contextos educativos no esforço de se compreender e responder aos desafios relativos aos direitos da criança, da equidade e da inclusão.

Uma das forças importantes na prática educacional – geralmente secundarizada ou subalternizada no contexto escolar – é constituída pelos familiares. Jean-Claude Kalubi e Céline Chatenoud (O poder dos pais: orientação sobre as estratégias de comunhão dos saberes de pais de crianças com transtorno do espectro autístico), trazem um instigante estudo na perspectiva da educação inclusiva. O autor e a autora reconhecem que muitas pessoas se preocupam, nestes últimos anos, com a qualidade de vida das crianças que vivem com um transtorno do espectro autístico (TSA). Os responsáveis dos serviços públicos se mostram sensibilizados com tais preocupações; eles colocam em prática algumas medidas que visam a prevenir os maus-tratos e a negligência com estas crianças. Eles trabalham na atualização de condições favoráveis ao desenvolvimento de cada criança.

Nesse contexto, o autor e a autora consideram indispensáveis a valorização do papel das famílias, o fortalecimento dos saberes dos pais e a descrição de suas capacidades de ação. Essa orientação marca uma grande mudança nas relações entre profissionais e pais de crianças que vivem com incapacitações. Uma experiência conduzida no Québec permitiu iniciar genitores (mães e pais) na avaliação do desenvolvimento de seus filhos: tratava-se de prepará-los à participação das reuniões de elaboração do Plano de Serviços Individuais (PSI). Assim, um protocolo de pesquisa qualitativa foi colocado em prática e a análise das entrevistas realizadas nos encontros entre pais e profissionais mostra que os pais assumem muitas responsabilidades. Aos profissionais, os pais demonstram várias competências. Seus saberes declarados focalizam diversas questões em tensão, especialmente aquelas relativas ao esclarecimento do diagnóstico e à precisão dos objetivos de intervenção.

A contribuição incisiva dos familiares na vida escolar – particularmente no processo inclusivos de pessoas com deficiências – precisa ser valorizada e criativa-

mente articulada com todas os agentes e contextos educacionais. É nessa direção que o estudo de Clecir Maria Cassol Gorck (Perspectivas profissionais para a pessoa com surdez) traz uma contribuição significativa sob o ponto de vista da formação do profissional da educação para a inclusão escolar de pessoas surdas. A autora desenvolve uma proposta teórico-metodológica para pessoas com surdez que frequentam instituições de ensino regular, considerando as especificidades desta deficiência. Seu estudo utiliza o procedimento das análises narrativas, a pedagogia visual e pesquisas teóricas etnográficas, ao analisar a trajetória das pessoas com surdez na escola de Ensino Regular, bem como suas perspectivas de inserção no mercado de trabalho ao concluir o Ensino Médio. As informações, mediante análise de conteúdo temático, favoreceram a identificação de unidades temáticas ligadas à inserção profissional de surdos no mercado de trabalho: escola, comunicação, trabalho e direitos sociais. Os significados expressos nas entrevistas podem explicar a ancoragem da representação social dos sujeitos sobre inserção profissional de surdos: no ambiente de trabalho, onde as pessoas se comunicam majoritariamente em língua portuguesa dominante, parece prevalecer a visão clínica da surdez em que o surdo é visto como deficiente. Neste trabalho, a autora tece reflexões importantes acerca da violência simbólica e física a que os surdos foram sujeitados. Traz, assim, a consideração do papel da família, da escola, das terapias e da sociedade para um campo reflexivo de sua participação na vida dos sujeitos surdos e as culturas surdas.

A consideração da complexidade da prática escolar, enfatizada na perspectiva inclusiva e intercultural, interpela os educadores e as educadoras a reverem e a ressignificarem todas as dimensões da sua prática pedagógica, inclusive na sua dimensão didática. É o que aponta o estudo realizado por Helga Corrêa Dal Bó Marin e Wanderléa Pereira Damásio Maurício (Uso pedagógico das mídias na escola: o que os professores sabem e o que fazem na prática docente). As autoras realizam um diagnóstico de como se apresenta o trabalho docente, no que diz respeito ao uso de informática e das mídias em sala de aula. Tomam como base de pesquisa uma revisão bibliográfica de estudos a respeito da formação inicial dos docentes para a utilização do uso da mídia informática na sala de aula, assim como a interlocução, por meio de questionários com professores e professoras de três escolas públicas estaduais pertencentes à regional de Xanxerê (SC, Brasil). Identificam a fragilidade no trabalho com informática nas escolas pesquisadas, bem como a formação deficiente dos docentes para tal trabalho. Esta constatação implica a necessidade de se repensar o uso da informática nas escolas, bem como de se promover a formação de uma postura diferenciada do profissional da educação ao trabalhar com a informática em sala de aula.

Experiências e pesquisas educacionais indicam também o surgimento de perspectivas críticas e dialógicas no uso das novas tecnologias no contexto escolar. É o que sugerem Geovana Mendonça Lunardi Mendes e coautores, ao analisar a incorporação de tecnologias digitais nos processos educativos (As experiências de profes-

sores e alunos com o uso do laptop em escolas públicas do sul do Brasil: inovações curriculares e aprendizagem). O estudo aqui apresentado problematiza as experiências vivenciadas por alunos e professores de escolas contempladas com o Programa UCA – Um Computador por Aluno – no Estado de Santa Catarina. Discutem os fatores que proporcionam inovações tecnológicas e mudanças significativas no currículo a partir da entrada do laptop na escola. As observações foram feitas a partir da criação de uma rádio escolar, hospedada no blog da escola, tendo como princípio a pesquisa colaborativa e participativa de aprendizagem. A análise dos dados permite afirmar que a entrada desse novo artefato na escola provocou novas discussões e a necessidade de (re)articular algumas práticas consagradas pela tradição escolar.

A formação dos profissionais da educação, em uma perspectiva complexa, inclusiva e intercultural, envolve a compreensão do modo e do contexto em que os próprios estudantes interagem com as mídias. É o que Maria Isabel Orofino enfatiza em seu trabalho (Representações da infância na novela das 6h: um debate sobre a programação cultural para a criança no âmbito da TV brasileira). A autora apresenta uma reflexão sobre a audiência infantil, o consumo cultural das crianças e a programação televisiva, com ênfase para o papel da telenovela na formação do público infantil. Com o foco na telenovela “Amor eterno amor” (Rede Globo, 2012), desenvolve uma reflexão sobre estudos de televisão e de suas representações sociais da infância. Discute também o lugar social da criança nas sociedades contemporâneas a partir das mudanças na ordem do consumo de tecnologias de comunicação e informação e os direitos das crianças, frente à uma programação de televisão de qualidade e desenhada para elas.

Em suma, ao se considerar o ponto de vista crítico da interculturalidade, evidencia-se a necessidade de se desenvolver nos processos e nos contextos educacionais novas perspectivas de poder, que visem à construção de relações democráticas participativas, fundadas na justiça social e coerentes com os interesses do conjunto da humanidade – não funcionais à lógica do mercado e da hegemonia capitalista. Isso implica uma concepção de saber que atenda a complexidade dos processos de construção do conhecimento. A interação educacional intercultural – no sentido dialógico, crítico e problematizador – requer uma constante atitude de escuta do outro, de autocrítica e de reconfiguração epistemológica do olhar e entender a alteridade. Nesse caminho, as experiências de educação e comunicação inspiradas em Paulo Freire indicam que a interação dialógica e problematizadora entre os diferentes sujeitos, e entre seus respectivos contextos, potencializa a integração criativa, a participação cooperativa e a aprendizagem significativa. É essa perspectiva que conecta as diferentes correntes pedagógicas que trabalham com a diversidade etnocultural, religiosa, linguística, física e mental, especialmente nas perspectivas antirracista e inclusiva. Este enfoque educacional requalifica e valoriza a participação ativa dos próprios educandos e de seus familiares como sujeitos de

cultura e de direitos. E traz implicações incisivas no uso e nos significados das novas tecnologias e das mídias na prática educacional.

4 INTERCULTURALIDADE: SER E VIVER

A reconfiguração dos sentidos do poder e do saber nas relações interculturais e nas práticas educacionais demanda a requalificação do valor humano e das faculdades cognitivas que constituem o ser das pessoas, assim como da visão holística que funda o modo de viver dos povos ancestrais cultural e historicamente subalternizados.

No atual contexto brasileiro, a realidade social e escolar contradiz a concepção democrática e antidiscriminatória de educação já incorporada claramente nas recentes disposições legais.

Esta contradição, estudada por Maria Conceição Coppete e coautores (A educação intercultural frente ao princípio constitucional da não discriminação: uma questão de direitos humanos), sinaliza grandes desafios interculturais e educacionais contemporâneos. Considerar a educação intercultural frente ao princípio constitucional da não discriminação consiste basicamente em pensar a diversidade a partir da compreensão e do respeito à diferença e à paridade de direitos. Pensar, agir e viver a partir de uma perspectiva intercultural transpõe a descoberta de si mesmo e do outro; requer ações pensadas e executadas de maneira interativa, respeitosa, solidária, afetiva, sensível e prospectiva com vistas à justiça e à equidade social.

Tal perspectiva implica em desconstruir a lógica da colonialidade que tem configurado as relações com os povos ancestrais na América Latina. Assumindo este intento, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira Calderoni e Adir Casaro Nascimento (Saberes tradicionais indígenas, saberes ocidentais: suas intersecções na educação escolar indígena) desenvolvem uma reflexão sobre a relação da lógica da colonialidade com a legitimação dos conhecimentos tradicionais nas escolas indígenas das aldeias. Abordam os desafios postos à educação escolar indígena quanto à negociação, tradução entre os saberes tradicionais e os saberes ocidentais. Aponta para a importância de uma revisão do pensamento colonial, em especial a necessidade de uma resignificação epistemológica sobre os conhecimentos legitimados. Questionam a crença de que basta formalizar a educação escolar indígena. Defendem a importância, em uma perspectiva intercultural crítica, de se considerar as complexidades e as ambivalências produzidas no encontro com os diferentes saberes intrínsecos ao processo educativo.

Para além dos saberes e das práticas formalizadas pela prática escolar, a educação dos povos ancestrais se configura principalmente em práticas socioculturais, como as “técnicas corporais”. Esse entendimento é ilustrado pelo trabalho de Eliton Clayton Rufino Seára (Movimento em diálogo: Técnicas corporais dos Guarani da aldeia de M’Biguaçu). Mediante a convivência por sete meses na aldeia M’Biguaçu, localizada na grande Florianópolis (SC, Brasil), o autor observou como os Guarani interagem com os elementos de sua cultura tradicional tendo o corpo

como o lugar primeiro dessa relação. Nesse sentido, descreve e discute elementos culturais como as pinturas, brincadeiras e os jogos tradicionais da aldeia, estabelecendo um movimento dialógico de compreensão de tais elementos com outras referências culturais Guarani.

Sob o mesmo enfoque de estudo das “técnicas corporais” indígenas em Santa Catarina (Brasil), Antonio Luis Fermino desenvolve seu estudo (O jogo de futebol e o jogo das relações entre os Laklãnõ/Xokleng). O autor verifica uma mudança de hábitos entre os Laklãnõ/Xokleng, que teve início a partir do primeiro contato com a sociedade não indígena, ou seja, com os conflitos entre os colonizadores os povos indígenas. Impelidos a “sair do mato”, os povos indígenas adotaram práticas culturais ambivalentes. O futebol, por exemplo, ao promover a “ocidentalização” dos povos indígenas, simultaneamente cria uma mediação sociocultural para integrar com os não indígenas. Ainda, ao mesmo tempo que a dinâmica da aldeia é alterada, favorecendo o sedentarismo, a prática desportiva promove o movimento físico. Ambivalentemente também se estabeleceu a inserção das igrejas nas Terras Indígenas. De modo particular, a igreja pentecostal proibia o futebol, privando a comunidade indígena de uma prática desportiva e reforçando o sedentarismo, sem estimular a recuperação de suas práticas religiosas ou socioculturais ancestrais.

Sob o ponto de vista do encontro entre cosmovisões religiosas, as relações interculturais podem apresentar uma dimensão profundamente dramática e socioculturalmente trágica. Catherine Walsh nos alerta que a colonialidade, fundamentada em uma concepção binária natureza/sociedade, desacredita a relação holística entre mundos biofísicos, humanos e espirituais tecida pelos povos ancestrais, tornando possível sua subalternização sociocultural.

Assim, o reconhecimento e a convivência entre matrizes culturais diferentes no contexto multicultural se configura como um dos desafios fundamentais para a construção da democracia e da justiça social, uma vez que em todas as sociedades democráticas vem crescendo a sensibilidade para com as liberdades de consciência e de religião.

Seja qual for o contexto nacional, a educação deve lidar com os desafios relacionados à diversidade cultural e religiosa crescente a fim de formar cidadãos capazes de viverem solidariamente. As diferenças religiosas ainda são muito frequentemente fontes de tensões, de incompreensão e de discriminação. Micheline Milot, em seu estudo (A educação intercultural e a abertura à diversidade religiosa), considera que a tomada de consciência da diversidade religiosa na educação intercultural pode constituir uma contribuição preciosa a uma cultura de paz, a uma abertura para outras culturas, à tolerância e ao respeito dos direitos humanos.

A autora propõe uma reflexão sobre o papel da escola pública em relação à diversidade religiosa. Define em um primeiro momento como esta pode ser abordada como um fato cultural e social na esfera de uma educação intercultural. Em seguida, analisa a contribuição desse tipo de formação no âmbito de uma educação direcionada à cidadania para promover os valores democráticos e os direitos huma-

nos e propõe três objetivos desejáveis a se perseguir na escola em matéria de convicções morais e religiosas. Ao final, apresenta o tipo de ensino sobre a diversidade religiosa que o Quebec (Canadá) escolheu para ser obrigatório nas escolas públicas.

O desafio pedagógico de se lidar com a diversidade religiosa no contexto escolar se aprofunda ao se considerar a complexidade do fenômeno religioso dos pontos de vista cultural e social.

A complexidade antropológica e cultural das religiões é ilustrada pelo estudo de Deirdre Meintel (*A Memória Viva do Catolicismo numa Congregação de Espiritualista de Montreal*). Ao observar uma congregação de Espiritualista em Montreal, a Igreja Espiritual da Cura, a autora constata uma ambivalência. Os membros, geralmente criados como Católicos, muitas vezes experimentam a transformação espiritual significativa pela sua participação nessa nova igreja. Contudo, isto não afeta o seu sentido da pertinência religiosa. Além disso, os santos, as crenças e o simbolismo católicos estão onipresentes nos rituais e em outras atividades religiosas da Igreja Espiritual da Cura, bem como no discurso de membros. A análise apresentada pela autora ajuda a compreender o hibridismo religioso contemporâneo e mostra como as formas Católicas passadas configuram a paisagem religiosa do Quebec no presente.

Já o estudo de Cristiana Tramonte (*Processos educativos interculturais na "família-de-santo": pais e filhos nas religiões afro-brasileiras*) traz uma contribuição para ilustrar a dimensão socioeducacional da religião. A autora analisa a relação familiar interna dos praticantes das religiões afro-brasileiras, enfocando especificamente os aspectos educativos e formativos da relação entre "pais" e "filhos-de-santo". Por congregar a diversidade brasileira em seus múltiplos aspectos – étnicos, geracionais, sociais, de capacidades físicas e mentais, de orientação sexual, etc. – as práticas educacionais e religiosas, configuradas como relações familiares, possibilitam entre seus praticantes um sentido de organização grupal que coloca em contato diferentes sujeitos. A autora desvenda ainda o desenvolvimento e a persistência da ancestralidade em confronto e convivência com a modernidade nessas relações, objetivando delinear os valores familiares e sociais que as permeiam. Busca compreender também a relação entre família carnal e família de santo, estruturas grupais agregadoras do grupo, o papel de cada sujeito no contexto desses coletivos e o relacionamento entre pai, mãe e filhos-de-santo. Investiga a dinâmica interna do terreiro, como convivem vida material e espiritual dos indivíduos.

O reconhecimento da complexidade do fenômeno religioso – acenado pelos estudos que focalizam tanto o hibridismo entre diferentes credos vivido pelo mesmo grupo religioso quanto a articulação entre as dimensões espiritual e social na constituição grupal – restaura os sistemas integrais de vida e de conhecimento desenvolvidos pelos povos ancestrais, ensejando a formulação de propostas estratégicas do ponto de vista socioeconômico-político e ambiental.

Talia Raphaely e Dora Marinova, pesquisadoras do Curtin University Sustainability Policy Institute, em seu artigo (*Flexitarianism: traditional diets as social*

innovation for sustainability), apresentam uma instigante proposta de recuperação da dieta alimentar tradicional dos povos ancestrais australianos em uma perspectiva de inovação para a sustentabilidade. Seus estudos demonstram que a dieta alimentar ocidental, incentivada pela indústria do gado, está promovendo níveis ecologicamente insustentáveis e insalubres de consumo de carne. As autoras analisam as consequências ecológicas da produção e do consumo excessivo de carne, como a contribuição para a mudança climática, o esgotamento da água e a degradação ambiental, a apropriação indevida de terras, a destruição da floresta e da biodiversidade, assim como as ameaças significativas para a saúde humana. Propõem o “flexitarianismo” (vegetarianismo parcial) como um retorno estratégico às práticas alimentares tradicionais baseadas no consumo de produtos vegetais, de modo a combater de imediato o conjunto de impactos negativos da gastronomia ocidental e a capacitar as pessoas para participar de processos locais e regionais de transformação global em direção a um futuro mais sustentável.

Os valores tradicionais de diferentes povos ancestrais são importantes fontes de inspiração para promover práticas alternativas e sustentáveis seja do ponto de vista sociocultural, seja econômico-político. Nesse sentido, o ensaio de Jorge Gasché Suess (“Dietar”: un valor social bosquesino para remediar a las “seducciones” de diversión en la ciudad y del dinero en la sociedad bosquesina) focaliza os valores sociais e os saberes dos povos originários das florestas amazônicas, ignorados pelas elites intelectuais e políticas coloniais. De modo particular, o autor considera que a prática cultural e religiosa do “jejum”, ou seja, a abstinência temporária da alimentação e da relação sexual, poderia ser difundida entre a juventude urbana com dinâmica da formação ética. E na própria sociedade da floresta esta prática poderia se ampliar do âmbito alimentício e sexual tradicional para o âmbito financeiro: “abster-se do dinheiro”, como estratégia resistência dos povos da floresta para manter sua autonomia frente às estratégias de “sedução” dos governos e dos empresários que cobiçam os recursos naturais da floresta.

Difundir uma prática nutricional flexitarianista ou ampliar o significado do jejum alimentar ou sexual para a dimensão econômica constituem estratégias interculturais para defender e promover formas sustentáveis de convivência humana e ambiental. E implicam propostas educacionais em uma perspectiva ecopedagógica, focalizada por Stefan Krasimirov Grigorov, com minha colaboração, em nosso ensaio (Ecopedagogy: educating for a new eco-social intercultural perspective). Entendemos que a Ecopedagogia se apresenta como um projeto educacional internacional que visa à construção de uma sociedade ecologicamente sustentável, alternativa à “Sociedade de Risco Mundial” produzida pelos sistemas capitalistas neoliberais. Nesse sentido, implica na reconstrução fundamental, democrática e crítica dos sistemas de educação. Apoiados na perspectiva epistemológica pós-colonialista de Paulo Freire, argumentamos que a própria vida e seu(s) futuro(s) dependem agora da humanização e transformação da educação. Freire coloca os

problemas da libertação cultural e educacional e explora as possibilidades emancipatórias proporcionadas pelo interculturalismo crítico. Adotamos abordagem interdisciplinar e comparativa para o estudo da Ecopedagogia como uma nova fase do desenvolvimento de teorias e movimentos ambientais e sociais, no sentido de contribuir para o seu avanço como um projeto educacional planetário para uma “Nova Civilização Eco-social”. Além disso, buscamos desenvolver um conhecimento significativo e aplicável para transformar a educação na direção da sustentabilidade ecológica, responsabilidade social e interculturalidade.

A perspectiva ecopedagógica encontra nas culturas ancestrais uma fonte privilegiada de matrizes epistemológicas e de práticas socioculturais capazes de inspirar soluções aos graves impasses que enfrentam as culturas e sociedades globalizadas colonialmente. As propostas do “flexitarismo” e do “jejum econômico” ilustram o potencial criativo do diálogo intercultural crítico para a criação de processos econômico-políticos e socioculturais ecológica e humanamente sustentáveis.

Nessa direção, a concepção crítica de interculturalidade nos incita a valorizar e entender a complexidade constitutiva da intersecção dos fenômenos religiosos, que enunciam os substratos epistemológicos das diferentes culturas e de suas interrelações. É o que enunciam tanto o estudo que analisa a simbiose entre a dimensão social e a espiritual experimentada nas religiões afro-brasileiras quanto o artigo que focaliza o hibridismo cultural vivido em novas associações religiosas.

A compreensão da complexidade epistemológica inerente à interculturalidade traz implicações decisivas para o campo educacional, como indicam os estudos apresentados sobre o trabalho pedagógico democrático com a diversidade cultural e religiosa, assim como as pesquisas sobre a dimensão intercultural das práticas corporais indígenas.

5 CONSIDERAÇÃO FINAL

Os artigos reunidos nesse dossiê representam a produção de uma ampla rede de autores e autoras de diferentes contextos institucionais, regionais e nacionais. Analisam, sob variados enfoques, temas e problemas que constituem a complexidade dos fenômenos interculturais. E indicam suas implicações em diversas propostas e dimensões de práticas educacionais.

Não é viável – nem interessante – reduzir a multiplicidade de pontos de vista e de propostas aqui apresentados a uma única concepção teórica, nem a um projeto político único. Entendemos, porém, que os diferentes projetos sociais e educacionais, assim como suas perspectivas teóricas e epistemológicas, articulam-se e se mobilizam em torno do fundamental desafio da interculturalidade, que é o de reconhecer as diferenças entre os agentes socioculturais no mundo contemporâneo e de potencializar a conexão crítica, criativa e decolonial entre seus respectivos contextos.

Nota explicativa:

¹ A Rede Mover organizou nessa perspectiva os números especiais da Revista Visão Global (v. 13, n. 1, jan./jun. 2010: <http://editora.unoesc.edu.br/index.php/visaoglobal/issue/view/48/showToc>), Revista Espaço Pedagógico, (v. 17, n. 2 2010: <http://www.upf.br/seer/index.php/rep/issue/view/273/showToc>), Revista Pedagógica, Unochapecó (2012) Revista Pedagógica, v. 1, n. 28, ano 16, jan./jun. 2012 Disponível em: <<http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/issue/current/showToc>>. A presente edição da Revista Visão Global dá continuidade ao processo de publicação vinculado ao Projeto integrado de Pesquisa “Educação Intercultural: decolonializar o saber e o poder, o ser e o viver”, que vem se desenvolvendo com apoio do CNPq, no período de 2010 a 2014 (cf. Processo CNPq 305389/2009-2).

Agradecemos às instituições de fomento que têm apoiado as atividades desta rede, particularmente ao CNPq e à Capes. Agradecemos particularmente os autores que generosamente contribuíram com seus artigos, de singular originalidade e relevância, para essas edições. Felicitamos a Revista Visão Global, assim como a Revista Espaço Pedagógico e a Revista Pedagógica, que nos convidaram a editar e publicar os dossiês de artigos resultantes das pesquisas que estamos desenvolvendo em rede. Ao aceitar estes convites, manifestamos nossa clara intenção política de apoiar – com a oferta de artigos de significativa qualidade acadêmica – estes importantes meios de comunicação e debate científico. Com esse gesto, enfaticamente problematizamos os dispositivos vigentes de “qualificação” das revistas científicas. Ao classificar hierarquicamente os meios de divulgação acadêmica, o padrão adotado favorece a consolidação dos periódicos hegemônicos e inviabilizam o crescimento dos não hegemônicos. Auguramos, pois, que a comunidade científica nacional e internacional assuma o desafio de criar dispositivos de avaliação acadêmica que efetivamente apoiem o desenvolvimento dos meios e das mediações de produção de conhecimentos consistentes, relevantes, originais a partir das redes socioculturais – tradicionalmente subalternizadas – que lutam a favor de interesses fundamentais de toda a humanidade, em prol da sustentabilidade da vida em nosso planeta.